



**INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
PLANEJAMENTO  
TRIBUTÁRIO**

# ***CARGA TRIBUTÁRIA***

## ***BRASILEIRA 2009***

### ***E***

## ***REVISÃO DOS PERÍODOS***

## ***ANTERIORES***

**GILBERTO LUIZ DO AMARAL  
JOÃO ELOI OLENIKE  
LETÍCIA MARY F. DO AMARAL  
FERNANDO STEINBRUCH**

**02 de fevereiro de 2010.**

## **CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA DE 2009 TEM LEVE QUEDA**

- ***Com a revisão do PIB pelo IBGE, Carga Tributária Brasileira de 2009 correspondeu a 35,02% do PIB;***
- ***Apesar da crise financeira internacional e das desonerações federais, queda foi somente de 0,14 ponto percentual ( a última queda foi em 2003);***
- ***Apesar da queda, houve crescimento nominal da arrecadação tributária de R\$ 36,01 bilhões, correspondendo a 3,41% de aumento;***
- ***Em 2009 foram arrecadados R\$ 1,09 trilhão (no mesmo período de 2008 o total foi de R\$ 1,05 trilhão);***
- ***Arrecadação Federal teve crescimento nominal de R\$ 20,19 bilhões (2,73%);***
- ***Arrecadação dos Estados apresentou crescimento nominal de R\$ 12,61 bilhões (4,67%);***
- ***Tributos municipais cresceram 6,84% em termos nominais (R\$ 3,21 bilhões);***
- ***Arrecadação diária de impostos, taxas e contribuições foi de R\$ 2,99 bilhões;***
  - ***A arrecadação tributária por segundo foi de R\$ 34.647,93;***
- ***Cada brasileiro pagou R\$ 5.706,36 de tributos em 2009, contra R\$ 5.572,66 do ano anterior;***
- ***A Carga Tributária Per Capita do período cresceu 2,40% (nominal), ou seja cada brasileiro pagou R\$ 133,70 a mais de tributos ante 2008;***
- ***Tributos federais representam 69,54% do total arrecadado, enquanto que os tributos estaduais representam 25,88% e os municipais 4,58%;***
- ***A região sudeste responde por 64,13% do total da arrecadação tributária brasileira, seguida pela região sul com 13,47%, da região centro-oeste com 10,06%, da região nordeste com 9,09% e da região norte com 3,26% do total;***
- ***São Paulo é o estado de maior arrecadação tributária, com 39,73% do total. Já Roraima é o estado que tem a menor arrecadação, com 0,09% do total;***
- ***A maior arrecadação per capita/ano é obtida no Distrito Federal, com R\$ 26.028,74 por habitante e a menor no estado do Maranhão com R\$ 1.103,23 por habitante.***

## **REVISÃO DO PIB E DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA**

Em 10 de dezembro de 2009, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou a revisão dos valores correntes do PIB – Produto Interno Bruto dos anos de 2007 e 2008, como também dos novos valores correntes do 1º. e 2º. Trimestres de 2009. O valor corrente passou a ser:

PERÍODO	EM R\$ 1.000.000,00	EM R\$ 1.000.000,00
	VALOR CORRENTE ANTERIOR	VALOR CORRENTE REVISADO
2007	2.597.611	2.661.344
2008	2.889.719	3.004.881
I TRIM 2009	684.609	717.431
II TRIM 2009	756.197	778.964

Desta forma o IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário também revisou os números da carga tributária brasileira dos períodos anteriores:

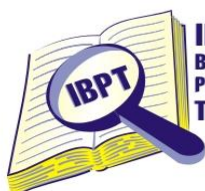
PERÍODO	CARGA TRIBUTÁRIA/PIB	CARGA TRIBUTÁRIA/PIB
	ANTERIOR	REVISADA
2007	35,54%	34,69%
2008	36,57%	35,16%
I SEMESTRE 2009	36,04%	34,82%

## **CARGA TRIBUTÁRIA PRÉVIA DE 2009**

A carga tributária (somatório dos tributos federais, estaduais e municipais arrecadados) em relação ao PIB – Produto Interno Bruto de 2009 atingiu 35,02%, contra 35,16% em 2008, tendo uma queda de 0,14 ponto percentual do PIB.

Os tributos federais cresceram 2,73% (R\$ 20,19 bilhões), os estaduais 4,67% (R\$ 12,61 bilhões) e os municipais 6,84% (R\$ 3,21 bilhões), totalizando uma arrecadação de tributos em 2009 de R\$ 1.092,66 bilhões (R\$ 1,09 trilhão), contra R\$ 1.056,65 bilhões em 2008 (R\$ 1,05 trilhão), com um crescimento nominal de R\$ 36,01 bilhões (3,41%).

Os tributos que tiveram o maior crescimento nominal foram o INSS (R\$ 20,26 bilhões), seguido do FGTS (R\$ 7,42 bi). A maior queda nominal foi do IPI, com R\$ 8,71 bilhões, seguido da COFINS (2,91 bi).



<b>TRIBUTOS</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>VARIAÇÃO 2009/2008</b>	<b>VARIAÇÃO R\$ BILHÕES</b>
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO	17,24	16,09	-6,63%	(1,14)
IPI	39,47	30,75	-22,08%	(8,71)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	191,76	191,60	-0,08%	(0,16)
IOF - IMP. SOBRE OPER. FINANCEIRAS	20,34	19,24	-5,40%	(1,10)
ITR - IMP. TERRITORIAL RURAL	0,47	0,47	0,93%	0,00
COFINS - CONTRIB. SEGURIDADE SOCIAL	120,80	117,89	-2,41%	(2,91)
PIS / PASEP	31,60	31,76	0,50%	0,16
CSSL - CONT. SOCIAL LUCRO LÍQUIDO	43,97	44,24	0,60%	0,27
CIDE – COMBUSTÍVEIS	5,93	4,83	-18,66%	(1,11)
FUNDAF	0,25	0,33	28,97%	0,07
OUTRAS RECEITAS FEDERAIS	40,02	47,17	17,87%	7,15
INSS - PREVIDÊNCIA SOCIAL	180,48	200,74	11,23%	20,26
FGTS	47,37	54,78	15,66%	7,42
<b>TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS</b>	<b>739,68</b>	<b>759,88</b>	<b>2,73%</b>	<b>20,19</b>
ICMS	222,37	226,09	1,67%	3,72
PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS	17,79	20,33	14,30%	2,54
OUTROS TRIBUTOS ESTADUAIS	29,96	36,31	21,20%	6,35
<b>TOTAL TRIBUTOS ESTADUAIS</b>	<b>270,12</b>	<b>282,73</b>	<b>4,67%</b>	<b>12,61</b>
TRIBUTOS MUNICIPAIS	41,78	44,43	6,36%	2,66
PREVIDÊNCIAS MUNICIPAIS	5,07	5,61	10,78%	0,55
<b>TOTAL TRIBUTOS MUNICIPAIS</b>	<b>46,84</b>	<b>50,05</b>	<b>6,84%</b>	<b>3,21</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.056,65</b>	<b>1.092,66</b>	<b>3,41%</b>	<b>36,01</b>

<b>PIB</b>	<b>3.004,88</b>	<b>3.119,95</b>
<b>ARRECAÇÃO / PIB</b>	<b>35,16%</b>	<b>35,02%</b>

## **DIVISÃO DA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Em 2008, os tributos federais totalizaram R\$ 739,68 bilhões (70%), os estaduais R\$ 270,12 bilhões (25,56%) e os municipais R\$ 46,84 bilhões (4,43%). Em 2009, os tributos federais totalizaram R\$ 759,88 bilhões (69,54%), os estaduais R\$ 282,73 bilhões (25,88%) e os municipais R\$ 50,05 bilhões (4,58%)

<b>DIVISÃO DA ARRECAÇÃO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
TRIBUTOS FEDERAIS	70,00%	69,54%
TRIBUTOS ESTADUAIS	25,56%	25,88%
TRIBUTOS MUNICIPAIS	4,43%	4,58%



## ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA PER CAPITA

A carga tributária *per capita* (arrecadação total dividida pela população) de 2009 foi de R\$ 5.706,36, contra R\$ 5.572,66 de 2008, apresentando crescimento de 2,4%. Isto equivale a dizer que cada brasileiro pagou R\$ 133,70 a mais de tributos no ano.

## MÉDIA DE ARRECAÇÃO POR DIA, HORA, MINUTO, SEGUNDO

A arrecadação diária de impostos, taxas e contribuições foi de R\$ 2,99 bilhões em 2009, contra R\$ 2,88 bilhões em 2008. A arrecadação tributária por segundo foi de R\$ 34.647,93 em 2009 contra R\$ 33.414,53 bilhões em 2008;

	2008	2009
MÉDIA POR DIA	2.887.015.610,84	2.993.581.111,90
MÉDIA POR HORA	120.292.317,12	124.732.546,33
MÉDIA POR MINUTO	2.004.871,95	2.078.875,77
MÉDIA POR SEGUNDO	33.414,53	34.647,93

## EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Governo Sarney: 1985 – 1990

Governo Collor : 1990 – 1992

Governo Itamar: 1992 – 1994

Governo FHC 1: 1995 – 1998

Governo FHC 2: 1999 – 2002

Governo Lula: 2003 – 2008

ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA GERAL: EM US\$ MILHÕES (1986 A 1991)/ R\$ MILHÕES (1992 EM DIANTE)										
	PIB	TRIBUTOS	% SOBRE	TRIBUTOS	% SOBRE	TRIBUTOS	% SOBRE	TOTAL	% S/	CRESCIM.
ANO		FEDERAIS	O PIB	ESTADUAIS	O PIB	MUNICIPAIS	O PIB	ARRECAÇÃO	PIB	C.TRIBUT. ANO ANT.
' 1986	337.832	56.386	16,69%	17.160	5,08%	2.095	0,62%	75.641	22,39%	
' 1987	360.810	55.048	15,26%	16.015	4,44%	2.093	0,58%	73.156	20,28%	- 2,11 PONTO PERCENTUAL
' 1988	371.999	55.542	14,93%	16.656	4,48%	2.232	0,60%	74.430	20,01%	-0,27 P.P.



' 1989	399.647	58.544	14,65%	27.613	6,91%	2.398	0,60%	<b>88.555</b>	<b>22,16%</b>	2,15 P.P.
' 1990	398.747	79.352	19,90%	36.219	9,08%	3.684	0,92%	<b>119.255</b>	<b>29,91%</b>	7,75 P.P.
' 1991	405.679	65.386	16,12%	29.686	7,32%	4.781	1,18%	<b>99.853</b>	<b>24,61%</b>	-5,3 P.P.
' 1992	355.453	60.437	17,00%	26.297	7,40%	3.480	0,98%	<b>90.214</b>	<b>25,38%</b>	0,77 P.P.
' 1993	429.968	79.510	18,49%	25.398	5,91%	2.971	0,69%	<b>107.879</b>	<b>25,09%</b>	-0,29 P.P.
' 1994	477.920	98.199	20,55%	34.334	7,18%	4.200	0,88%	<b>136.733</b>	<b>28,61%</b>	3,52 P.P.
' 1995	646.192	124.695	19,30%	53.139	8,22%	9.024	1,40%	<b>186.858</b>	<b>28,92%</b>	0,31 P.P.
' 1996	843.966	139.484	16,53%	62.980	7,46%	10.116	1,20%	<b>212.581</b>	<b>25,19%</b>	-3,73 P.P.
' 1997	939.147	158.566	16,88%	69.320	7,38%	11.305	1,20%	<b>239.191</b>	<b>25,47%</b>	0,28 P.P.
' 1998	979.276	181.828	18,57%	72.070	7,36%	14.219	1,45%	<b>268.117</b>	<b>27,38%</b>	1,91 P.P.
' 1999	1.065.000	210.691	19,78%	79.154	7,43%	15.096	1,42%	<b>304.941</b>	<b>28,63%</b>	1,25 P.P.
' 2000	1.179.482	250.302	21,22%	95.383	8,09%	16.011	1,36%	<b>361.696</b>	<b>30,67%</b>	2,03 P.P.
' 2001	1.302.136	278.599	21,40%	108.262	8,31%	16.884	1,30%	<b>403.745</b>	<b>31,01%</b>	0,34 P.P.
' 2002	1.477.822	341.510	23,11%	122.234	8,27%	18.742	1,27%	<b>482.486</b>	<b>32,65%</b>	1,64 P.P.
2003	1.699.948	391.052	23,00%	139.137	8,18%	22.990	1,35%	<b>553.179</b>	<b>32,54%</b>	-0,11 P.P.
2004	1.941.498	454.313	23,40%	166.117	8,56%	29.705	1,53%	<b>650.135</b>	<b>33,49%</b>	0,95 P.P.
2005	2.147.239	514.417	23,95%	187.873	8,74%	30.574	1,42%	<b>732.864</b>	<b>34,13%</b>	0,64 P.P.
2006	2.369.797	570.789	24,08%	211.956	8,94%	35.193	1,48%	<b>817.938</b>	<b>34,52%</b>	0,39 P.P.
2007	2.661.344	650.997	24,46%	233.416	8,77%	38.832	1,46%	<b>923.924</b>	<b>34,69%</b>	0,17 P.P.
2008	3.004.881	739.682	24,62%	270.123	8,90%	46.839	1,56%	<b>1.056.647</b>	<b>35,16%</b>	0,47 P.P.
***2009	3.119.953	759.884	24,36%	282.737	9,06%	50.052	1,60%	<b>1.092.673</b>	<b>35,02%</b>	-0,14 P.P.

\*DIFERENÇAS NAS SOMATÓRIAS DEVEM-SE A ARREDONDAMENTOS

\*\* Valores do PIB de 2007 e 2008 revistos pelo IBGE em 10/12/2009

\*\*\* 2009 – Estimativa do IBPT em 02/02/2010

## ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA POR ESTADOS

A Região Sudeste concentra 64,13% do toda a arrecadação tributária brasileira, seguida da Região Sul com 13,47%. Individualmente, São Paulo é o estado que tem a maior arrecadação (39,73% do total), seguido do Rio de Janeiro (15,29%) e de Minas Gerais (7,24%), enquanto que Roraima (0,09%), Amapá (0,09%) e Acre (0,12%) são os estados de menor arrecadação.

ESTADOS	2008	2008	2009	2009
	TOTAL TRIBUTOS EM R\$ BILHÕES	% DO TOTAL	TOTAL TRIBUTOS - EM R\$ BILHÕES	% DO TOTAL
REGIÃO NORTE	<b>36,45</b>	<b>3,45%</b>	<b>35,60</b>	<b>3,26%</b>
ACRE	1,20	0,11%	1,29	0,12%
AMAZONAS	15,46	1,46%		1,30%



			14,22	
PARÁ	10,93	1,03%	11,65	1,07%
RONDONIA	4,55	0,43%	3,97	0,36%
AMAPÁ	1,04	0,10%	1,04	0,09%
RORAIMA	0,90	0,09%	0,98	0,09%
TOCANTINS	2,36	0,22%	2,46	0,22%
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>92,42</b>	<b>8,75%</b>	<b>99,27</b>	<b>9,09%</b>
MARANHÃO	6,72	0,64%	7,02	0,64%
PIAUI	3,32	0,31%	3,89	0,36%
CEARÁ	14,26	1,35%	15,56	1,42%
RIO GRANDE DO NORTE	5,90	0,56%	6,31	0,58%
PARAÍBA	5,11	0,48%	5,67	0,52%
PERNAMBUCO	19,30	1,83%	19,83	1,81%
ALAGOAS	4,11	0,39%	4,32	0,39%
SERGIPE	3,96	0,37%	4,26	0,39%
BAHIA	29,74	2,81%	32,42	2,97%
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>695,48</b>	<b>65,82%</b>	<b>700,74</b>	<b>64,13%</b>
MINAS GERAIS	78,92	7,47%	79,05	7,24%
ESPÍRITO SANTO	22,61	2,14%	20,56	1,88%
RIO DE JANEIRO	171,81	16,26%	167,04	15,29%
SÃO PAULO	422,15	39,95%	434,09	39,73%
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>141,99</b>	<b>13,44%</b>	<b>147,14</b>	<b>13,47%</b>
PARANÁ	52,28	4,95%	53,59	4,90%
SANTA CATARINA	33,58	3,18%		3,23%



**INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
PLANEJAMENTO  
TRIBUTÁRIO**

			35,28	
RIO GRANDE SUL	56,14	5,31%	58,28	5,33%
<b>REGIÃO CENTRO OESTE</b>	<b>90,33</b>	<b>8,55%</b>	<b>109,90</b>	<b>10,06%</b>
MATO GROSSO	10,36	0,98%	11,68	1,07%
MATO GROSSO SUL	8,60	0,81%	8,85	0,81%
GOIÁS	17,62	1,67%	21,52	1,97%
DISTRITO FEDERAL	53,74	5,09%	67,85	6,21%
<b>TOTAL BRASIL</b>	<b>1.056,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.092,66</b>	<b>100,00%</b>

### **ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA PER CAPITA POR ESTADOS**

No tocante à arrecadação tributária *per capita*/ano, ou seja, o valor total arrecadado em 2009 dividido pela população, é o Distrito Federal que tem o maior valor (R\$ 26.028,74 por habitante), seguido de São Paulo (R\$ 10.496,83 por habitante) e do Rio de Janeiro (R\$ 10.433,04 por habitante).

Os estados que tem a menor arrecadação *per capita*/ano, são: Maranhão (R\$ 1.103,23 por habitante), Piauí (R\$ 1.236,12 por habitante) e Alagoas (R\$ 1.367,38 por habitante).

<b>ESTADOS</b>	<b>2008</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2009</b>
	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>ARRECAÇÃO PER CAPITA EM R\$</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>ARRECAÇÃO PER CAPITA EM R\$</b>
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>15.153.231</b>	<b>2.405,27</b>	<b>15.395.707</b>	<b>2.312,46</b>
ACRE	679.907	1.768,11	691.132	1.866,66
AMAZONAS	3.340.360	4.628,00	3.393.369	4.190,06
PARÁ	7.332.993	1.490,00	7.467.119	1.559,53
RONDONIA	1.493.732	3.049,39	1.503.928	2.642,12
AMAPÁ	612.883	1.701,12	626.609	1.653,86
RORAIMA	412.806	2.176,52	421.499	2.330,42
TOCANTINS	1.280.550	1.846,20	1.292.051	1.900,87



<b>REGIÃO NORDESTE</b>	<b>53.089.268</b>	<b>1.740,79</b>	<b>53.591.197</b>	<b>1.852,39</b>
MARANHÃO	6.305.558	1.066,14	6.367.138	1.103,23
PIAUI	3.119.891	1.063,61	3.145.325	1.236,12
CEARÁ	8.449.992	1.687,23	8.547.809	1.820,79
RIO GRANDE DO NORTE	3.106.411	1.899,73	3.137.541	2.010,92
PARAÍBA	3.742.968	1.364,81	3.769.977	1.503,57
PERNAMBUCO	8.734.574	2.209,31	8.810.256	2.250,50
ALAGOAS	3.127.643	1.314,91	3.156.108	1.367,38
SERGIPE	1.999.351	1.980,71	2.019.679	2.107,76
BAHIA	14.502.880	2.050,57	14.637.364	2.214,74
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	<b>80.177.165</b>	<b>8.674,33</b>	<b>80.879.233</b>	<b>8.664,07</b>
MINAS GERAIS	19.847.447	3.976,18	20.027.448	3.947,32
ESPÍRITO SANTO	3.453.666	6.546,38	3.487.199	5.897,01
RIO DE JANEIRO	15.873.058	10.823,83	16.010.429	10.433,04
SÃO PAULO	41.002.994	10.295,58	41.354.157	10.496,83
<b>REGIÃO SUL</b>	<b>27.499.860</b>	<b>5.163,44</b>	<b>27.719.118</b>	<b>5.308,38</b>
PARANÁ	10.590.482	4.936,15	10.686.247	5.014,41
SANTA CATARINA	6.052.337	5.548,28	6.118.743	5.765,69
RIO GRANDE SUL	10.857.041	5.170,62	10.914.128	5.339,82
<b>REGIÃO CENTRO OESTE</b>	<b>13.693.491</b>	<b>6.596,33</b>	<b>13.895.375</b>	<b>7.908,87</b>
MATO GROSSO	2.957.168	3.504,18	3.001.692	3.890,71
MATO GROSSO SUL	2.336.004	3.683,22	2.360.498	3.747,47
GOIÁS	5.844.094	3.015,04	5.926.300	3.630,96
DISTRITO FEDERAL	2.556.225	21.023,25	2.606.885	26.028,74
<b>TOTAL BRASIL</b>	<b>189.613.015</b>	<b>5.572,76</b>	<b>191.480.630</b>	<b>5.706,36</b>

## **METODOLOGIA DO ESTUDO E BASE DE DADOS**

O IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário faz o acompanhamento regular da carga tributária. No setor público a Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES ([www.federativo.bndes.gov.br](http://www.federativo.bndes.gov.br)), o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)), a Secretaria da Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)) e o TCU – Tribunal de Contas da União ([www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)) fazem o mesmo levantamento. Mas, a falta de uma metodologia oficial de cálculo faz com que cada uma das entidades ou órgãos utilize critérios diferentes entre si, havendo diferenças entre os resultados, sem contudo comprometer os objetivos de cada um deles, que é prestar informações sobre o montante de recursos transferidos da economia para os poderes públicos federal, estaduais e municipais. Assim como a inflação é medida por diversos índices, calculados por entidades públicas e privadas,



as estatísticas da carga tributária permitem à sociedade não ficar refém de pesquisas governamentais.

As diferenças entre as metodologias dos estudos residem em alguns fatores, com a constatação que todos os levantamentos utilizam a mesma base de dados para o cálculo das arrecadações federais (Secretaria da Receita Federal, INSS e Caixa Econômica Federal) e estaduais (CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária):

- a) Receita Federal: não considera os valores recolhidos a título de multas, juros e correção monetária, como também não faz o cômputo das contribuições corporativas e das custas judiciais; e estima as arrecadações tributárias municipais através da variação dos tributos estaduais;
- b) IBGE: não considera as taxas e contribuições de melhoria que tenham como contrapartida a prestação de serviços; desconsidera totalmente os valores relativos à contribuição para a previdência dos servidores federais estatutários e militares;
- c) SF – BNDES: faz uma estimativa dos tributos municipais, através de um levantamento preliminar das arrecadações das três principais capitais (São Paulo, Rio de Janeiro de Janeiro de Belo Horizonte); e, faz uma estimativa dos valores de outros tributos cuja arrecadação não é conhecida, utilizando a mesma variação dos tributos conhecidos;
- d) IBPT – considera todos os valores arrecadados pelas três esferas de governo (tributos mais multas, juros e correção); para o levantamento das arrecadações estaduais e do Distrito Federal utiliza como base de dados, além do CONFAZ, os valores divulgados pelas Secretarias Estaduais de Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pois alguns estados demoram a entregar seus relatórios ao CONFAZ; quanto às arrecadações municipais, faz um acompanhamento dos números divulgados por 1.097 municípios que divulgam seus números em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal, e também através dos números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional e dos Tribunais de Contas dos Estados.

### **Estudo e Pesquisa de responsabilidade:**

#### **IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário:**

- Entidade criada em 11/12/92, cujo objetivo é a difusão de sistemas de economia legal de impostos; divulgação científica do tema; estudo de informações técnicas para a apuração e comparação da carga tributária individual e dos diversos setores da economia; e, análise dos dados oficiais sobre os tributos cobrados no Brasil.

<http://www.ibpt.com.br>

Coordenação:

**Dr. GILBERTO LUIZ DO AMARAL**, advogado tributarista, auditor, consultor de empresas, professor de pós-graduação em direito e planejamento tributário.

e-mail: [gilberto@ibpt.com.br](mailto:gilberto@ibpt.com.br)

**Prof. JOÃO ELOI OLENIKE**, tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário.

e-mail: [olenike@ibpt.com.br](mailto:olenike@ibpt.com.br)



**INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
PLANEJAMENTO  
TRIBUTÁRIO**

**Dr. FERNANDO STEINBRUCH**, advogado tributarista, consultor de empresas, professor do IBPT.

*e-mail:* [fernando@ibpt.com.br](mailto:fernando@ibpt.com.br)

**Dr. LETÍCIA MARY FERNANDES DO AMARAL**, advogada tributarista, consultora internacional, professora de direito tributário.

*e-mail:* [leticia@ibpt.com.br](mailto:leticia@ibpt.com.br)